

**Despacho (extracto) n.º 989/2007**

Carmelita Maria Soeiro Tavares de Castro, assessora principal do quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas — despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus de 27 de Dezembro de 2006 determinando para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de conselheira técnica principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Janeiro de 2007. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

**Despacho (extracto) n.º 990/2007**

Maria Gabriela Vieira Soares de Albergaria, conselheira de embaixada do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático, a exercer o cargo de directora de serviços de Recursos Humanos do Departamento Geral de Administração — despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 30 de Novembro de 2006 exonerando-a do referido cargo, com efeitos a partir de 30 de Novembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Janeiro de 2007. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

**Despacho (extracto) n.º 991/2007**

Eduardo Manuel da Fonseca Fernandes Ramos, primeiro-secretário de embaixada do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático — despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus de 4 de Janeiro de 2007 designando-o para exercer funções, em regime de comissão de serviço, na Estrutura de Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, ficando colocado na Missão Permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas — ONU, em Nova Iorque, com efeitos à data da sua apresentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Janeiro de 2007. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 992/2007**

Considerando as relações de cooperação existentes entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde;

Considerando o programa de investimentos públicos levado a efeito pela República de Cabo Verde, para o qual necessita de apoios financeiros por parte da comunidade internacional;

Considerando a importância de que se revestem para o desenvolvimento económico do país os investimentos no domínio das infra-estruturas viárias, os quais contam inclusivamente com o envolvimento de empresas portuguesas;

Considerando que, na sequência do despacho n.º 4738/2005, de 16 de Fevereiro, do Ministro de Estado e das Finanças, Portugal já havia apoiado a primeira fase de reabilitação da estrada Praia-São Domingos, projecto considerado altamente prioritário;

Nos termos do n.º 1 do artigo 69.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2006), determino o seguinte:

1 — O montante máximo do empréstimo concedido pela República Portuguesa à República de Cabo Verde nos termos do despacho MFAP n.º 4738/2005 é reforçado em € 9 500 000, passando a compreender o financiamento da construção de duas variantes ao troço de estrada Praia-São Domingos, na ilha de Santiago.

2 — As condições do reforço referido no número anterior serão idênticas às estabelecidas no despacho MFAP n.º 4738/2005, constando da ficha técnica anexa ao presente despacho.

3 — O presente reforço será suportado por verba inscrita no orçamento do Ministério das Finanças e da Administração Pública, Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais, cap. 60, C. E. 090616.

6 de Dezembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

**Gabinete do Secretário de Estado  
do Tesouro e Finanças****Despacho n.º 993/2007**

Determino, a seu pedido, a cessação de funções de administrador da CREDIVALOR — Sociedade Parabancária de Valorização de Créditos, S. A., do licenciado Eduardo José da Silva Farinha, para as quais foi requisitado pelo despacho n.º 91/97-SETF, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 7 de Fevereiro.

O presente despacho produz efeitos reportados a 13 de Dezembro de 2006.

13 de Dezembro de 2006. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

**Despacho n.º 994/2007**

Considerando que:

1) O licenciado Rodrigo Fernandes Homem de Lucena foi nomeado vogal do conselho directivo do Instituto de Seguros de Portugal, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 606/2006, de 30 de Novembro, nos termos do artigo 9.º do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 195/2002, de 25 de Setembro;

2) Se encontram reunidos os requisitos da requisição a empresas privadas previstos nas alíneas a) a c) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 719/74, de 18 de Dezembro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 186/87, de 29 de Abril:

Determino que:

1 — Seja requisitado à GDP Distribuição, SGPS, S. A., o licenciado Rodrigo Fernandes Homem de Lucena, a fim de exercer as funções de vogal do conselho directivo do Instituto de Seguros de Portugal, para as quais foi nomeado, com efeitos a partir de 7 de Dezembro de 2006.

2 — A requisição é válida pelo período de cinco anos, a que se reporta o artigo 9.º do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 195/2002, de 25 de Setembro.

3 — Seja comunicado teor do presente despacho à GDP Distribuição, SGPS, S. A.

29 de Dezembro de 2006. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

**Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos  
Especiais sobre o Consumo****Aviso (extracto) n.º 983/2007**

1 — Nos termos do n.º 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e para efeitos do disposto no n.º 1 do mesmo artigo e do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que o projecto de lista de classificação final e a acta na qual são definidos os respectivos critérios de classificação do concurso interno de acesso para o provimento de 135 lugares da categoria de verificador auxiliar aduaneiro especialista, da carreira de verificador auxiliar aduaneiro, aberto pelo aviso n.º 5672/2006, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 92, de 12 de Maio de 2006, estão afixados, a partir do dia da publicação do presente aviso, nos seguintes serviços:

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos;  
Direcção Regional de Contencioso e Controlo Aduaneiro de Lisboa;  
Direcção Regional de Contencioso e Controlo Aduaneiro do Porto;  
Alfândega de Aveiro;  
Alfândega de Braga;  
Alfândega de Faro;  
Alfândega do Funchal;  
Alfândega de Peniche;  
Alfândega de Ponta Delgada;  
Alfândega de Setúbal;  
Alfândega de Viana do Castelo;  
Alfândega do Aeroporto de Lisboa;  
Alfândega Marítima de Lisboa;  
Alfândega de Alverca;  
Alfândega do Jardim do Tabaco;  
Alfândega do Aeroporto do Porto;  
Alfândega do Freixo;iro;  
Alfândega de Leixões.

2 — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso para, caso queiram, dizer por escrito o que se lhes oferecer sobre o referido projecto de classificação final.

2.1 — As respostas deverão ser dirigidas ao presidente do júri do concurso, Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, 5, rés-do-chão, 1149-006 Lisboa.

3 — Durante o prazo estabelecido no antecedente ponto 2, o processo do concurso encontra-se à disposição dos interessados, para consulta, das 10 às 12 horas e das 14 horas e 30 minutos às 17 horas, na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, 5, rés-do-chão, 1149-006 Lisboa.

8 de Janeiro de 2007. — O Presidente do Júri, *José Fernando Sousa Carvalho Araújo*.

#### Despacho (extracto) n.º 995/2007

Por despacho de 28 de Dezembro de 2006 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado José Figueiredo, em substituição do director-geral, foi Fernando José Gonçalves de Sousa, técnico verificador de 1.ª classe da carreira de técnico verificador, autorizado a iniciar licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

#### Despacho (extracto) n.º 996/2007

Por despacho de 2 de Janeiro de 2007 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo despacho n.º 20 097/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 21 de Setembro de 2005, e após parecer da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública de 15 de Dezembro de 2006, confirmativo dos respectivos pressupostos, foi Olímpia Fernanda Malheiro Noya Portela, reverificadora assessora da carreira técnica superior aduaneira, promovida a reverificadora assessora principal da mesma carreira, em resultado do exercício de funções dirigentes. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

### Direcção-Geral dos Impostos

#### Aviso (extracto) n.º 984/2007

Por despacho do director-geral dos Impostos de 22 de Dezembro de 2006, proferido nos termos dos artigos 13.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro:

Foi Fernando Manuel Duarte Galveia, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Ponte de Sor, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006.

Foi Maria Filomena Santos Figueiredo, técnica de administração tributária do nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Tomar (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2006.

Foi Rui Maia Faria, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças do Entroncamento, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 17 de Março de 2006.

Foi Luís de Araújo Martins, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Santo Tirso, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2006.

Foi Jorge Manuel Figueiredo Oliveira, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças da Trofa (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 2 de Novembro de 2006.

Foi João Manuel Moreira Ribeiro de Magalhães, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Gondomar 2

(Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006.

Foi Marco Aurélio Simão Feio Sequeira, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Elvas, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Setembro de 2006.

Foi José Manuel Granado Afonso, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Bragança, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 18 de Setembro de 2006.

Foi Pedro Jorge Matos da Silva Correia, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Barcelos (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Novembro de 2006.

Foi Maria Jesus Loureiro C. S. M. Fernandes, técnica de administração tributária do nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Alcácer do Sal, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 18 de Setembro de 2006.

Foi João Pedro Alves Pereira, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças da Moita (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2006.

Foi Joaquim António Farinha Oliveira Cabrito, técnico de administração tributária-adjunto do nível 3, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Salvaterra de Magos (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 2 de Outubro de 2006.

Foi Diogo da Lage Raposo Braz Teixeira, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Salvaterra de Magos, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 9 de Novembro de 2006.

Foi Cristina Maria Machado Godinho Mónica, técnica de administração tributária do nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Lisboa 5, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006.

Foi Gina Rosado da Silva Beja, técnica de administração tributária do nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Lisboa 5, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006.

Foi Carlos Alberto da Rocha Pinto da Silva, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Lisboa 5, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006.

Foi Ramon Vaz Menezes, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Lisboa 13, por vacatura do lugar, a partir da data da publicação no *Diário da República* do presente despacho.

22 de Dezembro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### Aviso n.º 985/2007

Faz-se público que, por despacho de 10 de Novembro de 2006 do director-geral dos Impostos, foi designado, nos termos do artigo 5.º do regulamento de estágio, publicado em anexo ao despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 25 de Janeiro de 2005, o júri dos inspectores tributários estagiários (área de economia), nível 1, grau 4, do concurso interno de ingresso, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 18 de Março de 2005, ficando o mesmo assim constituído:

Presidente — José Manuel Bruno Lagos, chefe de divisão.  
Vogais efectivos:

José Carlos da Silva, chefe de divisão.  
Maria da Graça Santos Pires, técnica economista principal.

Vogais suplentes:

Maria Helena Jesus Vaz, chefe de divisão.  
Francisco José Amado Carvalho, inspector tributário, nível 2, do grau 4.

4 de Janeiro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### Aviso (extracto) n.º 986/2007

Por despacho do director-geral dos Impostos de 30 de Novembro de 2006, proferido nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2.º do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, foi renovada a comissão de serviço